VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código:	PG147-2026
Título:	Programa de Extensão Memorial Antonieta de Barros - Proposta Permanente - 2º Biênio
Ano:	2026
Período de Realização:	01/02/2026 a 31/12/2027
Tipo:	PROGRAMA
Situação:	EM EXECUÇÃO
Abrangência:	Internacional
Público Alvo:	Interno: Discentes, docentes e técnicos/as da UDESC. Externo: Profissionais da educação, esrudantes dos sistemas de ensino (municipal, estadual,federal e internacional), educadores/as comunitários/as, gestores/as públicos/as e pesquisadores/as das temáticas, população negra, indígena e quilombola, e toda comunidade em geral.
Unidade Proponente:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - EM REDE NACIONAL /
Departamento de Execução:	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA CEAD
Unidade Orçamentária:	/
Outras Unidades Envolvidas:	
Área Principal:	Educação
Área do CNPq:	Ciências Humanas
Fonte de Financiamento:	FINANCIAMENTO INTERNO ((ABERTO PARA CORREÇÕES) EDITAL nº 02/2025 – PROGRAMA DE APOIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PAEX) UDESC)
Convênio Fapesc:	NÃO
Renovação:	NÃO
Nº Bolsas Solicitadas:	4
Nº Bolsas Concedidas:	4
Nº Discentes Envolvidos:	10
Público Estimado:	24700 pessoas
Público Real Atendido:	Não informado
Tipo de Cadastro:	SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA

Contato

Coordenação:	MARIA HELENA TOMAZ
E-mail:	**maria.tomaz@udesc.br**
Telefone:	

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

#	Descrição
1	Erradicação da Pobreza
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
10	Redução das Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Detalhes da Ação

Resumo:
O Programa Memorial Antonieta de Barros com 20 anos de edição, articulado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB da UDESC desenvolve ações de extensão a nível estadual, intercentros, interinstitucional e internacional que auxiliam na implementação das Leis Federais Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Diretrizes para a Educação Indígena, e Política de Ações afirmativas. Compromissado com os objetivos firmados pelos diferentes coordenadores que estiveram à frente do Programa e primando pela memória de sua importância na UDESC, as ações planejadas e

coordenadas pela Técnica Universitária Maria Helena Tomaz são: Ação 1 – Projeto "Caminhando com Antonieta de Barros: narrativas de resistências e ancestralidades"; Ação 2 - Projeto "Observatório de Políticas de Ações Afirmativas (OPPAS); Ação 3- Projeto "Observatório de Educação das Relações Étnico-raciais em Santa Catarina (OBERER)"; Ação 4 - Projeto "Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: disseminando a História e a Cultura das Populações de Origem Africana e Indígena"; e 5ª Ação - "Curso de extensão on-line "Educação das Relações Étnico Raciais, Diversidades e Direitos Humanos". O Programa proposto se configura como um fórum-espaço de referência permanente a nível estadual, nacional e internacional na proposição de ações de extensão articuladas ao ensino e a pesquisa que fomentam a afirmação de direitos, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas, o combate a segregação e preconceito nos espaços sociais e educativos, a luta antirracista e as intolerâncias de todas as ordens.

Palavras-Chave:
Educação das Relações Étnico-Raciais, Luta antirracista, Ações Afirmativas, Diversidade, Direitos Humanos

Justificativa:
O Programa Memorial Antonieta de Barros tem como referência suas edições anteriores, que ao longo de seus 20 anos, por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB da UDESC, desenvolveu ações de extensão articuladas ao ensino e pesquisa a nível estadual, intercentros, interinstitucional e internacional objetivando o combate ao racismo e a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial por meio de ações que auxiliaram a implementação da Lei Federal Nº 10.639/03 e da Lei Federal Nº 11.645/08 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e das Diretrizes para a Educação Indígena. Com a articulação das muitas atividades que foram desenvolvidas, o Programa Memorial Antonieta de Barros se constituiu como um espaço de interlocução e formação de professores e gestores, de disseminação de debates e estimulação da produção de estudos acerca das experiências históricas e educacionais das populações de origem africana no Estado de Santa Catarina; de aproximações do trabalho acadêmico de pesquisadores/as, professores/as e alunos/as com as atividades realizadas por instituições da sociedade civil; de debates internos na UDESC e externos sobre a constituição e consolidação de políticas afirmativas; e de referência ao acesso de produções e informações acerca da história da cultura africana, afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, legislações e políticas públicas destacando a visibilidade de grupos que desenvolvem trabalhos com afinidade com essas temáticas (Cardoso et al, 2016). Ao longo de suas edições, o Programa consolidou ações de parceria com a Escola de Educação Básica Julio da Costa Neves em Florianópolis, da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina, atingindo a nível estadual ao longo dos últimos seis anos mais de vinte e cinco mil pessoas. Essa edição, compromissada com a longa e reconhecida caminhada dessas importantes ações de extensão articuladas ao ensino e a pesquisa realizadas por meio do NEAB da UDESC dará continuidade às propositivas anteriormente desenvolvidas pelos diferentes coordenadores que estiveram à frente do Programa. Este Programa, com visibilidade em todo território nacional e também com abrangência internacional, destaca o reconhecimento da presença de novos contingentes de alunos que ingressam na Universidade trazendo à tona a questão da diversidade de grupos e sujeitos historicamente excluídos com a negação de seus direitos, alinha-se para desenvolver ações direcionadas para o combate ao racismo e ao preconceito, a promoção da igualdade e da diversidade como elemento fundante da constituição dos seres humanos e o fortalecimento de identidades que auxiliem coletivizar conhecimentos e experiências voltadas às temáticas referentes a relações étnico-raciais, políticas de ações afirmativas, cultura afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, gênero e sexualidade a partir de uma abordagem interseccional. A interseccionalidade remete à uma prática transdisciplinar, que como explicita Sirma Bilge "visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais" (Bilge, 2009, p. 70). Assim, o Programa busca estabelecer-se como um fórum de articulação, discussão e reflexão crítica, como também constituir-se um espaço de referência na proposição de ações que fomentem e fundamentem a afirmação de direitos, conquistas e resistências, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas diversas que foram desconsideradas na constituição histórica do Brasil, o combate a segregação e preconceito nos espaços sociais e na produção acadêmica, as lutas antirracistas e as intolerâncias de todas as ordens que fortaleçam processos de inclusão e permanência na Universidade e na sociedade. Para seu desenvolvimento o Programa articula-se internamente com as ações da UDESC, com os Laboratórios: Laboratório Educação e Sexualidade – LabEduSex; Laboratório de Direitos Humanos – LabDH; Núcleo Extensionista Rondon/NER; Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional - CDR/UDESC e, Laboratório de Estudos Pós-Colonais e Decoloniais/AYA entre outros. A nível externo, o desenvolvimento do Programa está articulado com as parcerias com agências governamentais, instituições federais, estaduais e municipais das redes de ensino, além de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos comunitários. Seu público-alvo é constituído por alunos/as, professores/as e gestores/as das diversas redes de ensino de Santa Catarina, gestores/as públicos/as, corpo discente, docente e técnico-administrativo da UDESC e pesquisadores que mantém articulações com as temáticas desenvolvidas no Projeto, além da comunidade constituída por diferentes sujeitos e distribuída no vasto território de Santa Catarina em que a universidade, com estrutura multicampi, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão nos 13 centros de ensino distribuídos em dez cidades catarinenses: Balneário Camboriú, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Pinhalzinho e São Bento do Sul, com o objetivo de suprir as necessidades de cada região. E ainda os Polos de Apoio Presenciais onde os cursos do CEAD se fazem presentes além das cidades supracitadas: Araranguá, Balneário Piçarras, Blumenau, Braço do Norte, Caçador, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Concórdia, Criciúma, Indaial, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Otacílio Costa, Palhoça, Palmitos, Ponte Serrada, Praia Grande, Quilombo, São José, São Miguel do Oeste, Treze Tílias, Tubarão e Videira. O Programa Memorial Antonieta de Barros, de proposta em Programa permanente é composto por cinco ações que viabilizam a interligação entre as políticas de ações afirmativas, a formação de professores, a produção e disseminação de referencial teórico e metodológico sobre educação, cultura, diversidade, promoção da igualdade racial, e reconhecimento das narrativas e produções das populações de origem africana e indígena. A primeira ação do Programa, o Projeto "Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistências e ancestralidades" reúne atividades que recuperam o protagonismo, os modos de resistência, a participação política e social, as vivências de religiosidades e as produções literárias de mulheres afro-brasileiras no seu processo de afirmação como sujeito político e sócio histórico na constituição da história de Santa Catarina e do Brasil. Nas narrativas históricas do Brasil, as mulheres negras por muitas vezes foram e são invisibilizadas ou representadas por estereótipos variados ligados à submissão, escravização, pobreza, analfabetismo, erotização e sexualização de seus corpos compostos por "assimetrias de gênero motivadas pela questão racial" (BORGES, 2005, p.67). Essas opressões cruzadas com algumas outras convergem para a reprodução de desigualdades, as dinâmicas de dominação e a invisibilidade de protagonismos e autorias dessas mulheres. A ação justifica-se com o compromisso de problematizar essa discussão, fortalecer a subversão dos mecanismos de regulação

e as rupturas com os silenciamentos históricos produzidos na sociedade brasileira sobre as mulheres afro-brasileiras, destacando seus protagonismos, suas histórias de resistências, seus processos de (re)significação no mundo, integrando-se aos objetivos do Programa. Destaca-se que as ações se estendem para mulheres negras, indígenas e quilombolas como ocupantes de seus lugares de fala e emancipação. Entre as ações desenvolvidas, estão: a reedição do 'Curso de Extensão Caminhando com Antonieta de Barros', em parceria com a ação extensionista parceira 'Itinerários de Educação Museal - Caminhando com Antonieta de Barros', o 'Projeto de Cultura Caminhando com Antonieta de Barros' e o Projeto de Cultura Caminhando com Julia Chrispina do Nascimento" com seu itinerário na cidade de Laguna, o Projeto Memória e Patrimônio Cultural do povo Laklãnõ Xokleng em Santa Catarina; e o resgate da história da primeira ação afirmativa étnico-racial na UDESC: a turma de Licenciadas em Pedagogia '40 ANTONIETAS' . A segunda ação constitui-se no Projeto "Observatório de Políticas de Ações Afirmativas", que dialoga com o Programa de Ações Afirmativas da UDESC, regulamentado pela Resolução Nº 017/2011 CONSUNI e suas posteriores alterações, instrumento de promoção da inclusão social e étnico-racial para efetivar a diversidade cultural e a luta da erradicação das desigualdades. Articulado com a efetivação dessa política pública de diversidade na Universidade, o projeto assume sua importância no Programa ao direcionar suas ações extensionistas para o acesso e permanência de estudantes com novos perfis em suas diversidades - negros, indígenas e quilombolas - para além daqueles tradicionalmente ingressantes no ambiente acadêmico. O ingresso desses sujeitos de direitos demanda ações de acolhimento e reconhecimento, com a implementação de novos recursos, currículo, estruturas de gestão adequadas e práticas de informação e formação de seu corpo docente, técnico administrativo e discente para enfrentamento e superação de preconceitos na entrada, permanência e conclusão de curso. Visa o diálogo com o cotidiano das ações afirmativas praticadas no âmbito da UDESC e da comunidade em geral, de modo a dinamizar a reflexão e ações extensionistas referentes à temática: ações afirmativas voltadas para secundaristas, graduandos e pós-graduandos, docentes e técnicos a partir da perspectiva étnico-racial e suas interseccionalidades. E desenvolver ações correlatas ao processo de avaliação e ampliação da Lei de Cotas, em ampla discussão processual nacional. A quarta ação do Programa constitui-se no Projeto "Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: disseminando a história e a cultura das populações de origem africana e indígena" fomenta a disseminação da História e da Cultura das populações de origem Africana e Indígena a partir do rico acervo de pesquisas e produções bibliográficas impressas e digitais referentes à temática diversidade, relações étnico-raciais, populações de origem africana e indígena, ações afirmativas envolvendo aspectos históricos, culturais, socioeconômicos e educacionais construído ao longo do funcionamento do NEAB. Sua importância destaca-se por ser um referencial na disseminação de informações, conteúdos e conhecimentos que viabilizam o acesso de interessados nas temáticas do acervo, publicado de forma impressa por diferentes mídias - youtube, podcasts, redes sociais, audiovisuais, plataformas de streaming digital, radio difusão, entre outras, o que amplia a extensão do público atingido. Essa ação agrega a disseminação de diversas fontes de informação que oportunizam as produções de conhecimento sustentadas pelas autorias dos discentes de graduação e pós-graduação, professores e técnicos administrativos extensionistas e pesquisadores ligados ao NEAB, de centros parceiros, associados e colaboradores externos, e de instituições parceiras que complementam o acervo. O desenvolvimento de atividades voltadas para o conhecimento, divulgação e preservação do patrimônio histórico, político, artístico e cultural das populações de origem africana e indígena em Santa Catarina promovem a visibilidade de suas produções, experiências e vivências. A terceira ação do Programa intitulada Projeto "Observatório de Educação das Relações Étnico-Raciais em Santa Catarina", em consonância com as Leis Federais Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, as Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Diretrizes para a Educação Indígena, justifica-se pela sua constituição enquanto espaço de produção e disseminação de estudos acerca das experiências históricas e educacionais das populações afrodescendentes e indígenas em Santa Catarina, contribuindo para a construção e enriquecimento de práticas pedagógicas voltadas para a valorização da diversidade étnico-racial. Nesse processo, o campo do currículo também está sendo transformado, constituindo-se com abordagens mais afirmativas em relação ao reconhecimento de sujeitos coletivos de histórias, culturas e memórias. Assim, para repolitizar o campo do conhecimento e da docência, a Educação das Relações Étnico-raciais – ERER traz em seu bojo um conjunto de interações e políticas educacionais que, em suas dimensões histórica, institucional, filosófica, cultural, antropológica, sociopolítica e pedagógica atuam com o objetivo de transformar modos de convivência dos sujeitos sociais, para a compreensão e valorização dos conteúdos étnicos inseridos na constituição da identidade brasileira (Passos e Tomaz, 2018). O Projeto, ao estar alinhado com esse conjunto de interações e com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais tem o compromisso em: "cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes, desenvolver ações estratégicas de formação de professores, colaborar e construir com os sistemas de ensino políticas públicas e processos pedagógicos, promover desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem a cultura afro-brasileira e a diversidade, colaborar na construção de indicadores para o acompanhamento da efetiva implementação, criar e consolidar agendas positivas" (Brasil, 2012, p. 19-20). Estão articuladas diretamente nessa ação, a oferta de cursos de formação de professores, a produção de material didático, o desenvolvimento de estudos e a assessoria de projetos desenvolvidos nas instituições educacionais e culturais sobre a temática das populações de origem africana e indígena, que ao longo do contexto histórico brasileiro vem enfrentando a discriminação racial e a exclusão social. Está incluído nessa ação de extensão a formação de professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina por meio do Extrato de Acordo de Cooperação Técnico-Científica, nº interno 038/2021, celebrado entre a UDESC e Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. SGPE 00002798/2021 com o objeto: o estabelecimento de ações básicas de Cooperação Técnico-científica para a formação continuada de professores da Rede Pública estadual na temática das Relações Étnico Raciais envolvendo os conteúdos das Leis Federais Nº 10.639/03 e 11.645/08 - História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Também para as modalidades de Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola. Código da Matricula: 757262. A quarta ação do Programa constitui-se no Projeto "Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: disseminando a história e a cultura das populações de origem africana e indígena" fomenta a disseminação da História e da Cultura das populações de origem Africana e Indígena a partir do rico acervo de pesquisas e produções bibliográficas impressas e digitais referentes à temática diversidade, relações étnico-raciais, populações de origem africana e indígena, ações afirmativas envolvendo aspectos históricos, culturais, socioeconômicos e educacionais construído ao longo do funcionamento do NEAB. Sua importância destaca-se por ser um referencial na disseminação de informações, conteúdos e conhecimentos que viabilizam o acesso de interessados nas temáticas do acervo, publicado de forma impressa por diferentes mídias - youtube, podcasts, redes sociais, audiovisuais, plataformas de streaming digital, radio difusão, entre outras, o que amplia a extensão do público atingido. Essa ação agrega a disseminação de diversas fontes de informação que oportunizam as produções de conhecimento sustentadas pelas autorias dos discentes de graduação e pós-graduação, professores e técnicos administrativos extensionistas e pesquisadores ligados ao NEAB, de centros parceiros, associados e colaboradores externos, e de instituições parceiras que complementam o acervo. O desenvolvimento de atividades voltadas para o conhecimento, divulgação e preservação do patrimônio histórico, político, artístico e cultural das populações de origem africana e indígena em Santa Catarina promovem a visibilidade de suas produções, experiências e vivências. Os espaços de educativos

formais e não formais são característicos pela ampliação do convívio social. Esse contato proporciona às pessoas, uma gama de relações sociais com seus pares, com diferentes subjetividades, etnias, gêneros e identidades, relações essas que somam grande influência na formação da identidade e autoimagem. A quinta ação do Programa, vem de forma indissociável na extensão, pesquisa e ensino disseminar conhecimentos, destacar saberes ancestrais e plurais, fortalecendo os Direitos Humanos, Diversidade, Ações Afirmativas, Luta antirracista, Educação antirracista. Envolve a proposta do "Curso de extensão on-line intitulado "Educação das Relações Étnico Raciais, Diversidades e Direitos Humanos". Trata-se de um curso para profissionais da educação, que será ofertado em três módulos no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Moodle do CEAD/UDESC. Esta ação será desenvolvida em parceria com o programa de extensão Saúde e Cidadania do Laboratório Educação e Sexualidade – LabEduSex com carga horária de 100h. É de extrema importância para a educação das relações étnico raciais compreender a visão e percepção dos educadores em relação ao racismo e seus desdobramentos, e as concepções, e como essa visão que incidem sobre suas estratégias de ensino, visto que práticas pedagógicas afetam a construção da subjetividade dos alunos. A partir do levantamento das fragilidades ainda existentes, torna-se necessário a reflexão e o enfrentamento da questão, buscando mudanças positivas nas práticas destes profissionais. As ações descritas, articuladas entre si, envolvem o desenvolvimento e fortalecimento da política de Ações Afirmativas, pautada na Diversidade e Direitos Humanos, com vistas a garantir os direitos de negros e negras, indígenas, quilombolas, dentre outros grupos histórica e socialmente subalternizados de forma interseccional no âmbito educacional e comunidade em geral. Destaca-se o âmbito de abrangência internacional com a interinstitucionalização e internacionalização das ações Brasil-Angola-América Latina, a partir da parceria com a Escola Superior Pedagógica do Bengo - Angola/África, Cátedra UNESCO "Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina" – Argentina, "Rede Esial e Universidad Nacional de Tres Febrero/UNTREF" – Argentina e Institución Universitaria Politécnico Grancolombiano – Colômbia. Considerando sua inserção na comunidade acadêmica e comunidade em geral e seu escopo nesses 20 anos de edição, a significativa permanência de ações ao longo do espaço-tempo tomam uma dimensão de extrema importância para a educação das relações étnico-raciais, letramento racial e luta antirracista, além de configurar como um aquilombamento universitário que acolhimento e emancipação de discentes, professores/as, corpo-técnico administrativo e comunidade em geral. Informações relevantes: O Programa Memorial Antonieta de Barros, de abordagem interdisciplinar nos cursos de graduação e pós-graduação do CEAD e nos demais cursos da UDESC objetiva desenvolver atividades direcionadas para o combate ao racismo e ao preconceito, a promoção da igualdade e da diversidade como elemento fundante da constituição dos seres humanos e o fortalecimento de identidades que auxiliem coletivizar conhecimentos e experiências voltadas às temáticas referentes a relações étnico-raciais, políticas de ações afirmativas, cultura afro-brasileira, afro-catarinense, quilombola e indígena, gênero, sexualidade e classe a partir de uma abordagem interseccional. Assim, é norteado pelos princípios inclusivos voltados a minimização das desigualdades sociais, ao combate as formas de preconceitos, violência e desrespeito às diferenças individuais e coletivas. Ao estabelecer parcerias internas com as ações da UDESC, como: Laboratório de Direitos Humanos/LabDH, Laboratório de Educação e Sexualidade/ LabEduSex, Núcleo Extensionista Rondon/UDESC, Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional/CDR, Laboratório de Estudos Pós-Colonais e Decoloniais/AYA, entre outros, e parcerias externas com núcleos, coletivos sociais, escolas e ongs, além da parceria internacional com a Escola Superior Pedagógica do Bengo -Angola, a Cátedra UNESCO "Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina", Universidad Nacional de Tres Febrero, e Institución Universitaria Politécnico Grancolombiano, busca promover ações de formação continuada, produção de material audiovisual, midiático e didático-pedagógico, ampliação de políticas afirmativas e de acessibilidade, bem como o fortalecimento das articulações entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda, como propositiva inserida no Centro de Educação a Distância – CEAD, o Programa em seu desenvolvimento emerge com o compromisso de fomentar junto à comunidade docente, acadêmica e externa à IES a acessibilidade à modalidade a distância, a disseminação da apropriação e o do uso de tecnologias e mídias, produção de mídias e acesso à objetos educacionais. Assim, possibilita à população o acesso ao conhecimento produzido pela universidade, contribuindo para minimizar as diferenças e desigualdades sociais e regionais, bem como incentiva a interação intercultural e inter, multi e transdisciplinar entre profissionais e setores da universidade e da sociedade brasileira, latinoamericana e angolana-africana. Importante ainda destacar a parceria intercentros a partir dos membros do Programa do CEFID e FAED e setorial parceiro na FAED e CEART, além de discentes extensionistas voluntários nesses Centros de Ensino e CERES, todos da UDESC. Articulado com a pesquisa "Estudo comparado: Ações Afirmativas para população negra, quilombolas e comunidades indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA" o Programa também estabelece a execução de ações com parceria interinstitucional buscando subsidiar as discussões sobre a ampliação das ações afirmativas na UDESC, a partir de experiências exitosas da UNIFESSPA junto às comunidades quilombolas e povos originários. O Programa também está articulado à Pesquisa em andamento: "Ações afirmativas na UDESC e suas implicações nos currículos dos cursos de graduação" que retoma a discussão junto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos servindo de material fundamentado para as discussões curriculares com a Pró-Reitora de Ensino da UDESC. A nível externo, a execução das ações do Programa também está articulada com escolas e instituições governamentais estaduais e municipais das redes de ensino, além de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos comunitários que reforçam os objetivos propostos das ações extensionistas direcionadas para a comunidade catarinense: articuladas à pesquisa e ensino e formação de professores, que envolvem o desenvolvimento da política de Diversidade, Direitos Humanos e Ações Afirmativas, com vistas a garantir os direitos de pessoas negras, indígenas, quilombolas, dentre outros grupos histórica e socialmente subalternizados de forma interseccional no âmbito educacional. O Programa ainda tem como compromisso incorporar a extensão universitária como componente curricular, destacando as Leis Federais N° 10639/03 e Nº 11645/08 e sua obrigatoriedade em âmbito institucional, local, estadual, regional e nacional, nas licenciaturas, além de proporcionar uma formação acadêmica-cidadã aos bolsistas participantes e aos estudantes da UDESC. Nesse processo o Programa está articulado com as disciplinas de Direitos Humanos, Políticas Públicas e Multiculturalidade e Educação Sexual dos cursos de Licenciatura e Bacharelado e dos Cursos de Pós-graduação do CEAD com a Especialização em Educação Inclusiva, que teve início em 2018, e com o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em REDE Nacional (PROFEI) que iniciou em 2020. Relação Ensino, Pesquisa e Extensão:: O Programa Memorial Antonieta de Barros desde sua primeira proposição organizou um acervo bibliográfico e documental que se constituiu como possível campo de estágio para estudantes oriundos dos cursos de graduação da UDESC, inicialmente direcionados para História, Pedagogia, Geografia e Biblioteconomia. Considerando que a temática do Programa se amplia nessa edição abordando questões interseccionais, diferentes cursos de graduação tendem a estender as suas práticas de formação voltadas para as possibilidades de tessituras com esse espaço de discussão e ações. O programa também fornece suporte para ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca Universitária sobre a temática que objetiva ampliar as discussões para os diferentes Centros e cursos da UDESC na formação de seus acadêmicos, professores e técnicos administrativos. Ao estabelecer-se como um fórum de articulação e reflexão crítica e um espaço de referência na proposição de ações que fomentem e fundamentem a afirmação de direitos, conquistas e resistências, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas diversas que foram desconsideradas na constituição histórica do Brasil, o combate a segregação e preconceito nos

espaços sociais e na produção acadêmica, as lutas antirracistas e as intolerâncias de todas as ordens que fortaleçam processos de inclusão e permanência na Universidade e na sociedade estende a discussão para todos os campi e para o ensino em todos os cursos de graduação e pós-graduação da IES. Ao articular-se com Instituições Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, movimentos sociais e ONGs, além de grupos comunitários o Programa busca o diálogo a interação e o desenvolvimento de ações efetivas da universidade com o seu entorno e a sociedade, interligados com suas demandas. Considerando que a UDESC é formada por um sistema multicampi com 13 unidades distribuídas em 10 cidades do Estado de Santa Catarina e com 32 Polos de Apoio Presenciais, o escopo de possibilidades de desenvolvimento de ações do Programa estende-se para diversas regiões, de forma presencial ou a distância. Em relação à pesquisa, o Programa está articulado com a investigação "Estudo comparado: Ações Afirmativas para população negra, quilombolas e comunidades indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA" para subsidiar as discussões sobre a ampliação das ações afirmativas na UDESC, a partir de experiências exitosas de uma outra IES junto às comunidades quilombola e povos originários. O Programa também está articulado à Pesquisa em andamento: "Ações afirmativas na UDESC e suas implicações nos currículos dos cursos de graduação" que retoma a discussão junto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos servindo de material fundamentado para as discussões curriculares com a Pró-Reitora de Ensino da UDESC. Pertinente a esse processo de desenvolvimento da pesquisa, o Programa manterá a articulação já realizada em suas edições anteriores com iniciativas internacionais: GT Interculturalidade Universitária e Conhecimento CLACSO, RED INTEGRA - Rede de Investigação Interdisciplinar em Identidades, Racismo e Xenofobia; REDE ESIAL - Rede Interuniversitária de Ensino Superior e povos indígenas e afrodescendentes na América Latina. Além desse movimento, o Programa conta a interface dos pesquisadores em Programas de pós-graduação associados ao NEAB. Em resumo, o programa se constitui em espaço para exercício de prática docente e de pesquisa de estudantes de graduação e pós-graduação, dá suporte a atividades de ensino para diferentes cursos da UDESC para o desenvolvimento de atividades e, ainda, fornece informações a pesquisadores, por meio da organização de acervos documentais e bibliográficos. Portanto, este projeto vem ao encontro do que é proposto pelo Plano Nacional de Extensão universitária, especificamente no que se refere a duas questões: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, a relação dialógica com a sociedade. Seu público-alvo, as características, os objetivos, a articulação com as equipes dos projetos de pesquisa e as parcerias com agências governamentais, instituições federais, estaduais e municipais das redes de ensino, além de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos comunitários. Mantém ainda vínculos de ações com os Laboratórios:Laboratório Educação e Sexualidade – LabEduSex, Laboratório de DireitosHumanos – LabDH, Núcleo Extensionista Rondon - NER Laboratório Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional – CDR UDESC; Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA; Núcleo de Diversidades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas e A Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades – SAE da UDESC, que fazem com que este Programa cumpra os objetivos estabelecidos para as ações de extensão: 1) a articulação entre ensino e pesquisa com as demandas da sociedade; 2) a articulação entre teoria e prática na produção do conhecimento; 3) a democratização do conhecimento acadêmico; 4) o diálogo e a interação entre a universidade e a sociedade; 5) a contribuição para a reformulação nas concepções e práticas curriculares; 6) a construção de uma prática acadêmica que contribua para formação e qualificação de um profissional ético preocupado com a transformação das práticas sociais, pautado na ética, na cooperação, na solidariedade, na construção da cidadania; 7. Interinstitucionalização e internacionalização das ações de extensão, ensino, pesquisa e gestão de forma indissociável.

Fundamentação Teórica:

É necessário enunciar que as narrativas referentes à história e historiografia do Brasil, desde a chegada dos portugueses ao "novo mundo", conforme explicita Moreno (2013), ainda mencionam e dimensionam um "descobrimento" e os povos indígenas a partir das cartas de Pero Vaz de Caminha e das narrações em livros de alguns europeus como o alemão Hans Staden e o francês Jean de Lery. Esses registros históricos de viajantes, missionários, conquistadores e exploradores, como também a documentação histórica considerada de caráter oficial no Brasil trata as culturas indígenas a partir de uma visão do eurocêntrica considerando-as com "ausências" de processos educativos, políticos, organizativos, culturais e tecnológicos evoluídos, como estratégia de silenciamento de outras histórias e servindo aos propósitos de um processo civilizatório impositivo. Esse processo civilizatório, estendido também para os africanos escravizados no período da colonização, demarcaram a invisibilidade de suas participações na constituição histórica do Brasil. Ao tratar dessa história, os modelos explicativos reduziram as culturas indígena e africana à subserviência europeia, à margem do processo de escolarização e acesso aos bens de produção, alocando os povos indígenas como catequizados e os negros em lugares vinculados ao trabalho escravizado (Fonseca e Barros, 2016). As conexões que foram estabelecidas culturalmente fundamentadas no preconceito e discriminação em relação ao pertencimento étnico-racial contribuíam para fortalecer a hegemonia das concepções socioeconômicas e políticas do país. Para a desconstrução desse processo de preconceitos, o processo educativo exerce um papel fundamental, uma vez que, acrescida a valorização das diferenças, torna mais eficaz o (re)conhecimento de diversas formas de ser, viver, compreender e transformar o mundo. No lócus educacional e social, processos identitários podem e devem ser edificados, e o debate sobre a cultura deve ser fortalecido sobe a população de origem africana e povos originários, bem como a produção de seus descendentes, em que estão inseridos alunos, professores, profissionais da educação e os sujeitos no entorno social das instituições educacionais. O desafio da formação da prática docente reflexiva e as construções identitárias como processo de humanização desse contingente populacional, apresentam-se permeados de divergências e negociações entre aqueles que são dessemelhantes, ou não. Nas considerações de Gomes (2011, p.7), a diferença como constituinte da subjetividade e o processo de humanização "[...] torna-se uma forte dimensão da relação pedagógica, dos currículos e de todos os processos formadores e deformadores dos quais todos nós participamos". E, segundo Silva (2011, p.38): "na nação brasileira, desigualdades, notadamente étnico-racial, têm sido tacitamente aceitas e fortalecidas, ao longo dos séculos, na construção do projeto de sociedade [...]". Assim sendo, interesses, necessidades de diferentes grupos sociais e étnico-raciais se cruzam e se entrecruzam, preponderando os que têm poder de influir nas decisões políticas e ficando esquecidos ou sendo desqualificados os demais. Logo, no âmago desse cenário nacional e diante às reivindicações importantíssimas do Movimento Negro ao longo do século XX por uma educação não eurocêntrica e antirracista e as determinações da Lei nº 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação formulou uma política curricular, a partir do "reconhecimento e valorização da participação decisiva dos africanos e seus descendentes na construção da nação brasileira, do respeito e divulgação de sua cultura e história" (SILVA, 2011, p.30). Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.639/96, aquela inclui, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira (BRASIL, 2003). Por força deste dispositivo legal, o currículo deve incorporar a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a sua contribuição nas áreas social, econômica, cultural e política pertinentes à História do Brasil. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Desde então, a questão da cultura africana e afrodescendente tornou-se objeto de debates e discussões no interior da escola básica e da universidade, e um dos pontos que cruciais de debate e formação é a

questão de como abordar de maneira significativa tais conteúdos, sem que o material didático e a didática docente sejam preconceituosos ou depreciem a cultura afro-brasileira. Ainda, na constituição territorial, populacional e social do Brasil, o processo de "ocupação e colonização" para os povos originários resultou em sérias consequências, como nos afirmam Krenak e Pimenta (2019, p. 16): "fica patente que o que veio a se tornar o atual território brasileiro foi consequência da desestruturação das formas próprias de organização política, social e espacial dos povos originários; mobilizando internamente estas populações, sob o jugo dos interesses do projeto colonial, desterrando e escravizando milhares de pessoas, visando a sua desestruturação como sociedades autônomas, com suas línguas e culturas distintas; resultando na dissolução dos vínculos entre famílias linguísticas que expressavam formas próprias de alianças, governabilidade de seus destinos sobre seus territórios, suporte de sua reprodução cultural". Nesse canário, a partir da luta dos movimentos de resistências da população indígena, foi promulgada a Lei nº 11.645/08 também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao determinar que seja obrigatório o estudo no currículo das Histórias e das Culturas indígenas nos sistemas de ensino. Percebe-se, portanto, na breve disposição das leis acima referidas, a constituição de políticas educacionais e curriculares que abordem a diversidade cultural de modo que possibilitem mudanças significativas e permanentes em toda uma estrutura simbólica, contrárias a hegemonia, ao currículo eurocêntrico e ao mito da democracia racial (PASSOS, PASSOS E TOMAZ, 2017). Portanto, insere-se, nesta missão formativa do Programa, o fortalecimento do senso crítico dos sujeitos envolvidos, oportunizando condições concretas para o exercício pleno de sua cidadania, num mundo globalizado, plural, multicultural e em constante transformação. Nesse contexto, as instituições de educação, como lugares sociais, não se desvinculam dessa realidade e não podem permanecer como entidades estáticas, inertes aos apelos de dentro e de fora da comunidade escolar, consideradas suas múltiplas dimensões. Assim, em primeira instância, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tem por objetivo efetivar no Brasil um currículo escolar que dispense as diferentes condições igualitárias de aprendizado na medida em que propicia a construção de saberes agregando os valores civilizatórios dos diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira. Enfatiza-se que reconhecer a presença indígena e africana no construto da sociedade brasileira não significa promover o apagamento de outras culturas que também contribuíram no quadro social, econômico e cultural brasileiro (TOMAZ et al, 2018). Assim, não se trata de liquidar a cultura europeia dos espaços escolares ou educacionais, mas, sobretudo e principalmente, que a contribuição dos diferentes povos para a humanidade esteja presente, "não como uma lista, sequência de dados e informações, mas como motivos e meios que conduzam ao conhecimento, compreensão, respeito recíprocos, a uma sociedade justa e solidária" (SILVA, 2010, p. 41). Henriques (2006, p.9) destaca a proposição de "uma agenda pública para o Sistema Nacional de Ensino, que promova a diversidade sociocultural, extrapolando o seu mero reconhecimento, patamar já afirmado em diversos estudos sobre nossa sociedade, os quais derivam, em sua grande maioria, de celebrações reificantes da produção cultural de diferentes grupos sociais, que folclorizam manifestações produzidas e reproduzidas no dia-a-dia das dinâmicas sociais e reduzem os valores simbólicos que dão coesão e sentido aos projetos e às práticas sociais de inúmeras comunidades". Urge, portanto, reelaborar a formação docente inicial e permanente em que os conteúdos acerca da História e da Cultura Afro-indígena se façam, de fato, presentes nas práticas didáticas, caracterizadas pela interlocução entre as áreas do conhecimento. Na tessitura desse processo o conhecimento, a divulgação, interlocução e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural das populações de origem africana e indígena objetivam dar visibilidade as suas múltiplas experiências e vivências que são possíveis geradoras de transformações nas narrativas oficiais e hegemônicas sobre a constituição do Brasil (GOMES, 2011). É necessário compreender também os textos verbais e não verbais e seus enunciados como uma produção histórico-social e cultural, relacioná-los a outros textos produzidos e armazenados na memória de diferentes coletividades e as suas multiplicidades de leitura do contexto que geram desafios permanentes de apreensão de significados. Essas produções se entrelaçam, reinventam, revelam, traduzem e marcam leituras apreendidas da realidade vivida, sempre dependendo de quem as produz e como são produzidas, com suas práticas, seus valores, seus significados, suas proibições e suas permissões. E mobilizam sentidos diversos que transitam pelas significações e problematizações que nesse percurso estabelecem pontes entre o dito e o negado, o implícito e o explícito, o material e o simbólico. Essas problematizações e significações tem a possibilidade de auxiliar na leitura do tempo presente com seus obstáculos; na análise dos contextos históricos permeados pelas relações de dominação e de subordinação, como também nas possibilidades de emancipação humana enfatizando a importância do pensamento crítico. Nessa perspectiva, ao trazer outras compreensões, vivências e processos de produção de conhecimentos, abre-se o debate sobre a legitimidade do conhecimento adotado como oficial, aventando possibilidades de modificação de significações sociais, culturais, econômicas e políticas, ampliando o debate para a questão da constituição de diferenças: étnico-racial, de gênero, sexualidade, região, religião e tantas outras. Esse processo, evidenciado por Arroyo (2013), está em constante movimento pautado na luta de coletivos populares pela ocupação da escola e outros espaços sociais, que pressionam o currículo e as narrativas oficiais a incorporarem o resultado de suas lutas, de histórias-memórias dos diversos sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Sujeitos negados, silenciados e invisibilidados que lutam historicamente para romper com lugares subalternizados. Para Bell Hooks (2013), o sujeito é aquele que pode definir a sua própria realidade, suas histórias e identidade, enquanto o objeto é aquele que é definido pelo outro, que tem seus aspectos definidos a partir da sua relação com o sujeito. Urge aprofundar o diálogo e ampliar os sentidos dados dos debates da contemporaneidade acerca da plurirracialidade que o Brasil congrega, apontando questões e propondo encaminhamentos, a partir de autorias de falas, narrativas, experiências e vivências da população de origem africana e indígena como sujeitos do conhecimento. Ao potencializar o acesso e permanência desses coletivos nos espaços educacionais formais – escolas e universidades - e não formais, como sujeitos de direitos, criam-se novas demandas de ações mais afirmativas que perpassam medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania como também formas de valorização étnico e cultural. Ao realizarmos um recorte de gênero, é importante destacar no que se refere as mulheres negras que por muitas vezes, nas narrativas históricas do Brasil, foram e são, ainda, invisibilizadas, silenciadas ou representadas por estereótipos ligados à submissão, à escravização, à pobreza, ao analfabetismo, à erotização e à sexualização de seus corpos negros compostos por "assimetrias de gênero motivadas pela questão racial" (BORGES, 2005, p.67). A escritora negra e crítica literária Conceição Evaristo (2010) destaca que "quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite". Essas opressões, sinalizadas pela autora supracitada, cruzadas com algumas outras muito presentes na contemporaneidade convergem para a reprodução de desigualdades, dinâmicas de dominação, invisibilidade de protagonismos e autorias dessas mulheres. Ribeiro (2018, p.27) ao refletir sobre a condição das mulheres negras diz que: "ao pensar o debate de raça, classe e gênero de modo indissociável, as feministas negras estão afirmando que não é possível lutar contra uma opressão e alimentar outra, porque a mesma estrutura seria reforçada. Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima umas em detrimento de outras. O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e

ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras, em geral, e mulheres negras, especificamente, não são tratadas como humanas. Por meio de narrativas de resistência e de ancestralidade, é possível reconfigurar questões atreladas à identidade. Para Munanga (2012), na obra Negritude: usos e sentidos, a "identidade perfeita" é vista como aquela que valoriza a cultura e faz com que o negro e a negra se identifiquem e se orgulhem; corresponderia à presença simultânea de três fatores (histórico, linguístico e psicológico). O fator histórico, sob o ponto de vista de Munanga (2012), parece o mais importante, à medida que constitui o "cimento cultural" que une os elementos diversos de um povo por meio do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O autor pontua que o essencial para cada povo "é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível." (MUNANGA, 2012, p. 12). Conforme as contribuições de Munanga (2012), é por meio da história, longínqua e ancestral, que o povo se esforça para conhecer sua verdadeira origem e, assim, transmiti-la às gerações futuras. Convém relembrar nesta proposta que o afastamento e a destruição da consciência histórica foram estratégias usadas no período da escravização e da colonização para que fosse destruída e mascarada a memória coletiva dos então escravizados e colonizados. A partir da história, portanto, a linguística pode contribuir para se pensar conteúdos velados e, desta forma, harmonizar a questão do psicológico. Portanto, as ações do Programa têm o compromisso de problematizar tal discussão, de fortalecer a subversão dos mecanismos de regulação de determinadas práticas e de romper com os silenciamentos históricos e culturais produzidos, ainda, na sociedade brasileira sobre as mulheres afro-brasileiras, incluindo nesse processo as mulheres quilombolas e indígenas. Além disso, objetiva destacar seus protagonismos, suas histórias de resistências, seus processos de (re)significação no mundo, sua verdadeira cultura de modo positivo, integrando-os aos objetivos do Programa. Vale ressaltar que a proposta se torna pertinente não somente para essa determinada população, mas também para aqueles que desconhecem a produção dos sujeitos negros e indígenas no Brasil, principalmente da mulher como protagonista com sua matripotência. OYẸ̀WÙMÍ (20216) destaca que a maternidade negra na tradição ancestral e filosófica africana era vista como um espaço de matripotência. No momento do nascimento, duas entidades nascem – um bebê e uma Ìyá, na cultura Yorubá. Aquela que é alçada à condição de Iyá possui destaque e reverência em sua comunidade e é dotada de poder de decisão e prestigio na ocupação dos espaços públicos e privados, em graus de equidade. Um conhecido provérbio nigeriano informa que "precisa-se de uma aldeia para criar uma criança". Esses movimentos de saberes, que perfazem a construção de outras narrativas, além da eurocêntrica, denunciam o epistemicídio histórico estruturado socialmente nas instituições educacionais. Esse epistemícidio, conforma denuncia Carneiro (2005) é um mecanismo faz parte de um contrato e após esse contrato entrar em vigor a epistemologia hegemônica controla a produção e a legitimação do conhecimento, assim como a necropolítica controla e administra a política da morte dos corpos. "Sendo, pois um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com a racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/ biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quando do biopoder, a saber, disciplinar/ normatizar e matar ou anular". (CARNEIRO, 2005, p. 97) . A partir da leitura desse contexto, torna-se urgente o resgate de saberes sepultados e a apropriação de uma gama de conhecimentos, narrativas, leituras, produções e vivências de mundo dentro e fora da Universidade, para possibilitar a fortificação do seu papel social e o desenvolvimento de práticas que respeitem dimensões diversas dos seres humanos, enquanto instituição pública de ensino superior comprometida com saberes socialmente relevantes para toda população catarinense e brasileira composta pela diversidade. Com esse escopo, cria-se alternativas concretas com base no diálogo Universidade-Sociedade, construindo consensos em busca da superação da tradição assistencialista e produzindo conhecimento acadêmico e científico de alto nível em favor dos cidadãos (OLIVEIRA NETO et al, orgs., 2015). É a constituição da "Mão dupla", como designa Gadotti (2017, p. 2), que significa "troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade". A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, "entre-laçando" saberes e conhecimentos (SANTOS JÚNIOR, 2013). O Programa Memorial Antonieta de Barros é uma proposta de projeto político-pedagógico institucional da Universidade que explicita caminhos para o ensino, pesquisa, extensão, gestão e suas articulações com a Educação das Relações e Direitos Humanos.

Metodologia:
1ª AÇÃO: 'Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistência e ancestralidade' METODOLOGIA: - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis e as processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Proposição do Seminário Itinerante Caminhando com Antonieta de Barros nas escolas e coletivos sociais parceiros, com o desenvolvimento de oficinas sobre as diversas facetas da biografia de Antonieta de Barros, buscando despertar as possibilidades do potencial de representatividade dessa personagem no tempo presente ao estimular a pesquisa de histórias de vida por parte de alunos/as e professores/as da educação básica em suas comunidades; - Parceria no desenvolvimento da Ação de Extensão Itinerário de Educação Museal de Antonieta de Barros, do Programa Memória e Patrimônio, Projeto de Cultura Caminhando cm Antonieta de Barros, Projeto de Cultura Caminhando com Julia Chrispina do Nascimento e Projeto de Cultura Memória e Patrimônio Cultural do povo Laklãnõ Xokleng em Santa Catarina, da UDESC; - Parceria no desenvolvimento de oficinas, palestras e Seminários sobre as temáticas referentes à mulher negra, indígena e quilombola com os NEABs parceiros e coletivos parceiros de mulheres negras: Fórum da Mulher Negra, Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência e Associação Grupo Mariama; - Produção de material audiovisual sobre as narrativas e histórias de vida de mulheres negras, indígenas e quilombolas em parceria com o Museu da Pessoa: conte sua história, transversalizado com as ações da Biblioteca de Referência, Observatório de Política de Ações Afirmativas e Observatório de Educação das Relações étnico-raciais; - Continuidade da organização e publicação do Memorial Ações Afirmativas na UDESC resgatando as primeiras ações realizadas no Curso de Pedagogia do CEAD desde 1999: as 40 Antonietas em parceria com o Projeto Observatório Políticas de Ações Afirmativas; - Desenvolvimento das Rodas de conversa online: "Diálogos insurgentes – o avesso de um mesmo lugar", que trata da visibilidade dos saberes sepultados, lugares silenciados e territórios ocupados pela população de origem africana e indígena, dentro e fora do espaço acadêmico subsidiando as discussões sobre currículo. Em parceria com o Projeto Observatório de Educação das Relações étnico-raciais; - Parceria na Continuidade da realização do Seminário Educação das Relações étnico-Raciais, lançado em duas edições no ano de 2019, na EBB Julio da Costa Neves pela Ação de Extensão Observatório de Educação das Relações Étnico-raciais; - Fortalecimento do Grupo de Estudos sobre Mulherismo Africana: ou do inglês Womanist Afrikana, que é uma forma de pensamento matriarcal afrocêntrico cunhado por Cleonora Hudson, em 1987, e desdobrado por Nah Dove, Ama Mazama, Marimba Ani, Ifi Amadiume, Mary Modupe. No Brasil,Katiúscia Ribeiro, Anin Urasse, Dandara Aziza, Raissa Imani, Ama Mizani, Kaká Portilho, Marina Miranda e Aza Nieri se dedicam ao estudo e ação mulherista. - Produção de e-book sobre as 'Escrevivências de si' como ferramenta metodológica de produção de conhecimento a partir dos estudos sobre Conceição Evaristo. 2ª AÇÃO: Observatório de Políticas de Ações

Afirmativas METODOLOGIA: - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis e as processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis com suas processuais retomadas; Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Realização de Seminário online 'Diálogos Institucionais: reflexões e proposições de práticas antirracistas nas universidades brasileiras' em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, sediada na Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF); Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de IES parceiras e coletivos sociais parceiros na Campanha pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior: http://unesco.untref.edu.ar/actividades - Produção de material multimídia sobre políticas de ações afirmativas para disseminação nos Centros de Ensino da UDESC, escolas secundaristas, EJA e comunidade em geral; - Articulação de ações com escolas parceiras do Programa com ensino secundário e EJA, e coletivos sociais parceiros para realização de encontros e oficinas que disseminem o conhecimento e compreensão da implantação da política institucional de ações afirmativas da UDESC como fomento de democratização de acesso e permanência de alunos provenientes dos diversos grupos atendidos na universidade; - Política de acolhimento com encontros planejados envolvendo alunos negros, indígenas e quilombolas, cotistas, intercambistas e PEC-G, na graduação e pós-graduação da UDESC. - Parcerias de ações de intercâmbio com a Escola Superior Pedagógica do Bengo - Angola envolvendo discentes, docentes e técnicos envolvidos no Programa, envolvendo a extensão, pesquisa, ensino e gestão de forma indissociável. - Parcerias com pré-vestibulares comunitários comprometidos com a permanência dos estudantes nas IES, formação de educadores e retorno social às comunidades e territórios ocupados; - Auxílio na proposição de ações de formação permanente na UDESC em parceria com a Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades e Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades para disseminar o conhecimento e compreensão da implantação da política institucional entre discentes, professores e técnicos e fomentar a democratização de acesso e permanência na universidade; - Articulação com a pesquisa "Estudo comparado: Ações Afirmativas para população negra, quilombolas e comunidades indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA" para subsidiar as discussões sobre a ampliação das ações afirmativas na UDESC, a partir de experiências exitosas de uma outra IES junto às comunidades quilombola e povos originários; - Fortalecimento do Grupo de Estudos - Ações Afirmativas na IES: negros, indígenas e quilombolas; - Continuidade do desenvolvimento da investigação "Ações afirmativas na UDESC e suas implicações nos currículos dos cursos de graduação" para subsidiar as discussões sobre as transformações ou permanências das matrizes curriculares do Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos; - Continuidade da organização e publicação do Memorial Ações Afirmativas na UDESC resgatando as primeiras ações realizadas no Curso de Pedagogia do CEAD desde 1999: as 40 Antonietas em parceria com o Projeto Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistência e ancestralidade; Intercâmbio de informações, de formação, de ações de extensão, pesquisa e ensino com outros Observatórios de Ações Afirmativas existentes nas IES brasileiras. 2ª AÇÃO: Observatório da Educação das Relações Étnico-raciais em Santa Catarina (OBERER) METODOLOGIA: - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis e as processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Operacionalização do Curso de extensão online direcionado para os profissionais da educação, com a temática sobre as Relações Étnico raciais e diversidades fortalecendo a educação antirracista. O curso está direcionado para fomentar a implementação da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais a partir de orientações e ações para as Leis 10639/03 e 11645/08. O curso online será ofertado em módulos no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Moodle da UDESC, com carga horária de 104h, e se estrutura em torno dos seguintes eixos temáticos: as diferenças e diversidades a partir das discussões sobre branquitude, diáspora africana e povos indígenas; legislação e diretrizes educacionais na perspectiva dos Direitos Humanos e relações étnico raciais; o processo descolonização do conhecimento e do currículo na escola; e as proposições operacionais na escola; - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis com suas processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Estudos aprofundados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , Leis Nº 10.639/03 e Lei Nº 11.645/08; Diretrizes Curriculares Nacionais – Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Itinerantes; Continuidade da realização do Seminário Educação das Relações étnico-Raciais, lançado em duas edições no ano de 2019, na EBB Julio da Costa Neves envolvendo as escolas públicas e coletivos sociais parceiros; Desenvolvimento de oficinas de formação de ERER para professores de Educação Básica nas escolas estaduais e municipais parceiras do Programa; - Acompanhamento das ações desenvolvidas pelas escolas estaduais e municipais parceiras sobre a temática ERER no Projeto Político Pedagógico e currículo, auxiliando na implantação do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais/LABERER; - Desenvolvimento das Rodas de conversa online: "Diálogos insurgentes o avesso de um mesmo lugar", transmitidos pelo canal do youtube do NEAB/UDESC, que trata da visibilidade dos saberes sepultados, lugares silenciados e territórios ocupados pela população de origem africana e indígena, dentro e fora do espaço acadêmico subsidiando as discussões sobre currículo. Em parceria com o Projeto Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistências e ancestralidades, Projeto Observatório de Políticas de Ações Afirmativas e Coletivos sociais parceiros; - Produção de material didático-pedagógico de ERER transversalizado com as ações da Biblioteca de Referência, Observatório de Política de Ações Afirmativas e Caminhando com Antonieta de Barros. 4ª AÇÃO: Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: disseminando a História e a Cultura das Populações de Origem Africana e Indígena METODOLOGIA: - Atendimento ao público em geral e aos pesquisadores/as que utilizam o acervo da Biblioteca de referência como fonte de informação sobre as temáticas; - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis e as processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Realização de atividades de cunho pedagógico e de formação continuada como minicursos, oficinas e grupos de estudos para os usuários da biblioteca e professores de Educação Básica, Ensino Médio e EJA nas escolas estaduais e municipais parceiras do Programa; Parcerias com bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, bibliotecas comunitárias e bibliotecas públicas; - Parceria da ação na continuidade da realização do Seminário Educação das Relações étnico-Raciais, lançado em duas edições no ano de 2019, na EBB Julio da Costa Neves envolvendo as escolas públicas e coletivos sociais parceiros; - Acompanhamento das ações desenvolvidas pelas escolas estaduais e municipais parceiras sobre a gestão de seu acervo na biblioteca e ações culturais, auxiliando na disseminação da história das populações de origem africana e indígena; - Desenvolvimento de ações e mecanismos midiátidos e sociais (facebook, instagram, youtube, podcast, rádio e webrádio, whatsapp e site) - 'Tecendo conhecimento nas redes' - que fortaleçam a tessitura de conhecimento nas redes com a articulação de atividades do Programa, para potencializar a difusão e aprofundamento das discussões sobre as ações afirmativas, tendo como pauta a luta antirracista e suas interseccionalidades com raça, gênero e classe; - Participação dos discentes (bolsistas e voluntários) em eventos de

extensão indissociáveis da pesquisa, ensino, gestão e formação continuada referentes às atividades desenvolvidas no Programa sobre a temática que promovam a formação acadêmico-cidadã e a produção e sistematização de conhecimentos na área; - Produção de material didático-pedagógico sobre a história e a cultura das populações de origem africana e indígena, e ERER transversalizado com as ações do Observatório de Educação das relações-étnico raciais, Observatório de Política de Ações Afirmativas e Caminhando com Antonieta de Barros; - Participação na construção e execução de atividades pedagógicas e informacionais junto ao CEM Santa Terezinha – Municipal de São José (Biblioteca Antonieta de Barros), em parceria com o Grupo Especializado em Relações Étnico-Raciais em Biblioteconomia, da Associação Catarinense de Bibliotecários, com o intuito de promover a efetivação da Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 na biblioteca escolar. 5ª AÇÃO: "Curso de extensão on-line "Educação das Relações Étnico Raciais, Diversidades e Direitos Humanos". - Organização da proposta do Curso na Plataforma Moodle; - Definição de material que comporá o currículo do curso; - preparação da Plataforma e dos/as ministrantes; - desenvolvimento do curso online; - certificação. AÇÕES METODOLÓGICAS ARTICULADAS ÀS 5 AÇÕES EXTENSIONISTAS: - Participação dos discentes (bolsistas e voluntários) em eventos de extensão indissociáveis da pesquisa, ensino, gestão e formação continuada referentes às atividades desenvolvidas no Programa sobre a temática de Ações Afirmativas que promovam a formação acadêmico-cidadã e a produção e sistematização de conhecimentos na área. - Participação no desenvolvimento de ações de extensão, pesquisa e ensino do Grupo de Estudos: Direitos Humanos e Interseccionalidades formado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UDESC o Laboratório de Direitos Humanos - LabDH/CEAD; Laboratório de Educação Sexual - LabEduSex/CEAD; Núcleo Extensionista Rondon/NER; Laboratório Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Regional – CDR UDESC; Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA; Núcleo de Diversidades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas e Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades – SAE da UDESC; - Participação e fortalecimento do Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade/GEPE: DHCD. AVALIAÇÃO: 1 – Retomadas processuais do Planejamento Operacional elaborado com as escolas e coletivos parceiros referente à cada ação do Programa; 2 – Avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes ao planejamento e execução do trabalho desenvolvido pelos/as bolsistas envolvidos com acompanhamento permanente; 4 – Análise bimestral da realização das ações e objetivos elencados nos projetos do Programa; 5- Reuniões quinzenais (ou mensais) com membros do grupo para verificação de pendências e (re)elaboração das ações sempre que necessário; 6- Avaliação processual com os participantes das ações; 7- Elaboração de relatórios pelos bolsistas de extensão com os desafios e possibilidades que as ações desenvolvidas representam no Programa. Avaliação pelo público: A avaliação de cada ação planejada será realizada periodicamente, de acordo com as atividades desenvolvidas em cada projeto, por meio de feedbacks, reuniões e aplicação de questionários com os sujeitos internos e externos atingidos. O processo avaliativo envolverá as considerações relativas aos dados quantitativos (público atingido, fidelidade ao cronograma, etc.), bem como dos qualitativos (desenvolvimento das ações, satisfação do público, comprometimento dos agentes, ampliação do acesso as informações, etc), registrados nos Relatórios de acompanhamento do Programa. Avaliação pela equipe: Serão realizadas reuniões mensais de avaliação da execução das atividades a partir do Planejamento Operacional de cada ação desenvolvida, levando em considerações dados quantitativos (público atingido, fidelidade ao cronograma, etc.), bem como qualitativos (satisfação do público, comprometimento dos agentes, ampliação do acesso as informações, etc). A partir desse processo avaliativo e diagnóstico, as ações planejadas serão retomadas para possíveis (re)encaminhamentos.

Referências:

ARROYO, M. G. (2013). Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes. BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. Diogène, 2009, 1 (225): 70-88. Trad. Helena Hirata. BORGES, R. da S. Pensando a transversalidade de gênero e raça. In: SANTOS, G. e SILVA, M. P. da. Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.63-69 BRASIL. Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. CARDOSO, P. de J. S. et al. Programa Memorial Antonieta de Barros 2016. Anais do 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Ouro Preto: UFOP, 2016. Recuperado em 04 de julho de 2019 de: https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/1b3ddb36abe675b6582c72fad4564e23.pdf CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser. São Paulo: FUESP, 2005. EVARISTO, C. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2010. FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (orgs,). (2016). A História da Educação dos Negros no Brasil. Niterói: EdUFF. GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. da. (orgs). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. HENRIQUES, R. Texto de apresentação. In: LUCIANO, G. dos S (org). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. KRENAK, Ailton; PIMENTA, Angelise Nadal. Uma colônia nos trópicos. IN: Culturas indígenas, diversidade e educação / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2019. MORENO, J. C. Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileiras(s) em livros didáticos de História (1971-2011). São Paulo: UNESP. Tese de doutorado, 2013. Recuperado em 28 de agosto de 2017 de: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103146/000725119.pdf;jsessionid=E97934B5925CB68A9CECB622996A1087?sequence=1 MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. OLIVEIRA NETO, L. de, Marcelo Carbone Carneiro e Paulo Noronha Lisboa Filho (org). 2015. Universidade e sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica. OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. PASSOS, L.; PASSOS, L.; TOMAZ, M. H. Cultura afro-indígena e os desafios para o professor: construções identitárias, formação e prática docente reflexiva. In: PINHAL, J., CAVACO, C., CARDONA, M.J., COSTA, F., MARQUES, J. & FARIA, R. (orgs.). A Escola: Dinâmicas e Atores. Atas do XXIV Colóquio da AFIRSE Portugal. Lisboa: AFIRSE Portugal e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2018. PASSOS, L.; TOMAZ, M. H. Experiências sobre inovação curricular - Etnomatemática por meio de jogos africanos: currículo e prática pedagógica. Livro de Atas do IV Colóquio Luso-Afro Brasileiro de Questões Curriculares, Lisboa/Portugal, 2018. RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo:Companhia das Letras, 2018. SANTOS JÚNIOR, A. L. A extensão Universitária e os entre-laços de saberes. Salvador: UFBA (Tese de doutorado), 2013. SILVA, P. B. G e. Estudos Afro-

brasileiros: Africanidades e Cidadania. In: ABRAMOWICS, A.; GOMES, L. N. (org). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 37-54. SILVA, T. T. da. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. TOMAZ, M. H. et al. A Diversidade como elemento fundante da atualização curricular da Proposta Curricular de Santa Catarina. Livro de Atas do IV Colóquio Luso-Afro Brasileiro de Questões Curriculares, Lisboa/Portugal, 2018.

Objetivos Gerais:
Geral: - desenvolver ações direcionadas para o combate ao racismo e ao preconceito, a promoção da igualdade e da diversidade como elemento fundante da constituição dos seres humanos e o fortalecimento de identidades que auxiliem coletivizar conhecimentos e experiências voltadas às temáticas referentes a relações étnico-raciais, políticas de ações afirmativas, cultura afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, gênero e sexualidade, além de outras diversidades a partir de uma abordagem interseccional. Específicos: 1.Estabelecer um fórum de articulação, discussão e reflexão crítica e um espaço de referência na proposição de ações que fomentem e fundamentem a afirmação de direitos, conquistas e resistências, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas diversas que foram desconsideradas na constituição histórica do Brasil, o combate a segregação e preconceito nos espaços sociais e na produção acadêmica, a luta antirracista e as intolerâncias de todas as ordens que fortaleçam processos de inclusão e permanência na Universidade e na sociedade; 2.Promover ações de extensão voltadas para o combate ao racismo e ao preconceito e a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial através de ações que auxiliem na implementação da Lei Federal 10.639/03 e Lei 11.645/2008 e das Diretrizes Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; 3.Contribuir com a ampliação da Política de Ações Afirmativas da UDESC juntamente com outros segmentos da IES que abordam a temática, como dispositivo de promoção da inclusão social e étnica respeitando a diversidade cultural e contribuindo para a luta da erradicação das desigualdades; 4.Acompanhar e contribuir com ações institucionais em parceria com a UDESC, para fomentar a permanência e conclusão de curso dos(as) acadêmicos(as) ingressantes pelo Política de Ações Afirmativas da instituição; 5.Promover estratégias de sensibilização e formação para professores e técnicos-administrativos da UDESC na direção da conscientização e formação na construção de uma universidade que propiciem práticas que privilegiem a inclusão social e étnica respeitando a diversidade cultural e contribuindo para a luta da erradicação das desigualdades; 6. Oferecer formação permanente junto aos professores/as, gestores/as e profissionais da Educação Básica e Educação Superior e comunidade em geral sobre a Educação das Relações Étnico raciais, que envolvam as contribuições da história africana, quilombola e indígena na constituição da história brasileira de forma a fomentar a elaboração de uma proposta pedagógica com a inclusão de conteúdos relativos a história da África, das populações de origem africana e indígena; 7. Fortalecer as fontes de informação, comunicação e interação do Programa com a comunidade universitária e comunidade em geral; 8. Disseminar informações, conhecimentos e estudos realizados nos Programas e pelo coletivo do NEAB/UDESC sobre ERER, ações afirmativas, luta antirracista e suas interseccionalidades e visibilizar as produções da comunidade acadêmica e comunidade externa sobre a temática; 9. Estabelecer parceria com entidades da sociedade civil da área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e do Patrimônio Histórico e Cultural, com o intuito de viabilizar a realização de atividades que fortaleçam as Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08 nas instituições de cultura e informação em Santa Catarina; 10. Desenvolver formação permanente específica envolvendo os participantes no projeto, de modo que qualifiquem sua expertise referentes à estratégias educativas e gestão da informação pertinentes as ações afirmativas e luta antirracista; 11. Disseminar e divulgar de materiais audiovisuais, iconográficos e escritos cujas temáticas refere-se às ações do Programa promovendo a acessibilidade do conhecimento produzido; 12. Contribuir para a promoção da disseminação do uso de recursos e dispositivos tecnológicos e a participação em ações desenvolvidas na modalidade a distância (curso) como elementos importantes da cultura contemporânea e meios potenciais de participação ativa do cidadão, bem como ferramentas de produção de expressão da criatividade pessoal e coletiva. E também como meio de lutar contra as desigualdades, inclusive de acesso à diferentes mídias que contribuam para o fortalecimento de uma leitura de mundo crítica, compreensiva e emancipatória. 13. Contribuir para o processo de insterinstitucionalização e internacionalização da UDESC no âmbito das ações de extensão, pesquisa, ensino e gestão de forma indissociável. 14. Desenvolver um processo de formação permanente de profissionais de educação sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, contribuindo para a implementação e fortalecimento da luta antirracista na perspectiva dos direitos humanos e inclusão. 15- Fortelecer a rede de ações interinstitucionais e internacionais existente na América Latina, contribuindo para adensar a luta antirracista, equidade, direitos humanos, acessibilidade e inclusão, na perspectiva interseccional.

Resultados Esperados:
-, Anais, Artigo Completo, Livro, Oficina, Outros, Pôster, Produto Audiovisual-Outros, Produto Audiovisual-Vídeo, Programa de Rádio, Relato de Experiência, Relatório Técnico, Resumo (Anais), Os resultados e produtos das ações extensionistas serão apresentados em eventos da área, bem como as publicações em livros e revistas. Além disso, utilizaremos a transmissão da Radio UDESC, Web Radio Santa Luzia, canal no youtube, podcasts, instagram e outras plataformas da internet e para as regiões do estado de Santa Catarina.

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
[redacted]	EXTERNO	COLABORADOR(A)			01/02/2026	31/12/2027
Marcos Rodrigues da Silva	EXTERNO	MINISTRANTE			01/02/2026	31/12/2027
MARIA HELENA TOMAZ	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	CEAD-PROFEI	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
SABRINA APARECIDA DA SILVA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	CEART-DEG	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
[redacted]	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			10/03/2026	31/12/2027
	DISCENTE	DISCENTE VOLUNTÁRIO(A)			02/03/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2027

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
[redacted]	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			02/03/2026	31/12/2027
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2027
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2027
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2027
	DISCENTE	MINISTRANTE			01/02/2026	31/12/2027
	DISCENTE	MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA			01/02/2026	31/12/2027
	DISCENTE	MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA			01/02/2026	31/12/2027
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CEAD-DECT	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
FABIO NAPOLEAO	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
CLEIA DEMETRIO PEREIRA	DOCENTE	COLABORADOR(A)	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
ANA FLAVIA GARCEZ	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
ANDREIA SOUSA DA SILVA	DOCENTE	MINISTRANTE	FAED-DBI	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
VERA MARCIA MARQUES SANTOS	DOCENTE	MINISTRANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim

Discentes não informados

Ações Vinculadas ao PROGRAMA

Código - Título	Tipo
PJ746-2026 - Observatório de Políticas e Ações Afirmativas/OPAAS	PROJETO
CR089-2026 - "Curso de extensão on-line intitulado "Educação das Relações Étnico Raciais, Diversidades e Direitos Humanos"	CURSO
PJ745-2026 - Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: disseminando a História e a Cultura das Populações de Origem Africana e Indígena	PROJETO
PJ740-2026 - Caminhando com Antonieta de Barros: narrativas de resistências e ancestralidades	PROJETO
PJ744-2026 - Observatório de Educação das Relações Étnico-raciais em Santa Catarina (OBERER)	PROJETO

Ações das quais o PROGRAMA faz parte

Código - Título	Tipo

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

Orçamento Detalhado

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
PASSAGENS			
Passagens aéreas	R$ 1.600,00	5.0	R$ 8.000,00
SUB-TOTAL (PASSAGENS)		5.0	R$ 8.000,00
PESSOA FÍSICA			
Pró-labore	R$ 1.925,80	4.0	R$ 7.703,20
Pró-labore	R$ 2.296,80	1.0	R$ 2.296,80
SUB-TOTAL (PESSOA FÍSICA)		5.0	R$ 10.000,00
MATERIAL DE CONSUMO			
Banners	R$ 65,00	7.0	R$ 455,00
Folders	R$ 1,50	1030.0	R$ 1.545,00
SUB-TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)		1037.0	R$ 2.000,00

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
PESSOA JURÍDICA			
Transporte	R$ 500,00	4.0	R$ 2.000,00
SUB-TOTAL (PESSOA JURÍDICA)		4.0	R$ 2.000,00

Consolidação do Orcamento Solicitado

Descrição	Interno	Fundação	Externo	Total Rubrica
PASSAGENS	R$ 8.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 8.000,00
PESSOA FÍSICA	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.000,00
PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.000,00

Arquivos

Descrição Arquivo
Programa Permanente Memorial Antonieta de Barros

Orçamento Aprovado

Descrição	Interno
PASSAGENS	R$ 16.000,00
PESSOA FÍSICA	R$ 20.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00
PESSOA JURÍDICA	R$ 4.000,00

Lista de Unidades Envolvidas na Autorização da Proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado

Avaliações

Tipo de Avaliador	Data/Hora Análise
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE EXTENSÃO	17/12/2025 16:57:16
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE EXTENSÃO	04/02/2026 14:32:09

SIGAA | Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - (48) 3664-8000 | Copyright © 2006-2026 - UDESC - sig-prod-sigaa-01.producao-01